

DISCURSO – 114ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT

JOÃO DOMINGOS – 1º. Vice-Presidente da CLATE - Confederação Latino Americana e Caribenha de Trabalhadores Estatais

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Delegados,

Representantes dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores,

Falo em nome dos trabalhadores e trabalhadoras do setor público da América Latina e do Caribe, representando a CLATE – Confederação Latino-Americana e Caribenha de Trabalhadores Estatais.

Inicio saudando uma decisão histórica da Corte Internacional de Justiça, que reafirma o Direito de Greve como direito protegido no âmbito da Convenção nº 87 da OIT. Para o movimento sindical internacional, trata-se da confirmação de um princípio essencial: atentar contra o direito de greve é atentar contra um dos pilares fundamentais do Direito Internacional do Trabalho.

Entretanto, em nossa região, ainda convivemos com frequentes violações aos direitos trabalhistas e sindicais. Em diversos países da América Latina e do Caribe observamos o retorno de políticas que fragilizam o setor público, reduzem direitos e enfraquecem mecanismos de proteção social, contrariando princípios e convenções construídos ao longo de décadas de luta.

Vivemos um momento decisivo da história contemporânea. Temos conquistas a celebrar, mas também desafios cada vez mais complexos, globais e interligados.

Entre essas conquistas, destaco a negociação coletiva, acompanhada do direito de greve.

A negociação coletiva não é apenas mais um direito. Ela é o mecanismo que transforma conflitos em diálogo, reivindicações em acordos e direitos em realidade concreta.

Por isso, o Brasil vive hoje um momento histórico. Sob o governo do Presidente Lula, avança uma proposta concreta de regulamentação da Convenção nº 151, após quase meio século de reivindicações.

Mas os desafios do nosso tempo vão além da negociação coletiva.

Em diversas partes do mundo, a disputa é o próprio modelo e papel do Estado. A disputa real é entre o Estado democrático de direito e o Estado privatista de ultra direita. Essa discussão ocorre simultaneamente com a maior transformação tecnológica da história humana. A inteligência artificial, a automação e os sistemas digitais estão redefinindo o trabalho, a economia e a gestão pública.

Não somos contrários à inovação. Mas precisamos afirmar com clareza que a tecnologia não pode substituir os valores humanos que constituem a essência do serviço público.

Quem procura um hospital, uma escola, ou qualquer serviço público, não busca apenas uma resposta técnica. Busca acolhimento, respeito e dignidade.

Ao mesmo tempo, os desafios atuais ultrapassam fronteiras nacionais. As economias estão interligadas, as decisões produzem impactos globais e as transformações ocorrem em tempo real.

Por essa razão, o movimento sindical também precisa fortalecer sua capacidade de atuação internacional.

Na América Latina e no Caribe, temos construído experiências importantes de unidade. As organizações sindicais, CLATE, ISP E UIS, com trajetórias e visões distintas, decidiram cooperar, criando uma frente para atuar conjuntamente na defesa dos serviços públicos e dos seus trabalhadores. Não para eliminar diferenças, mas para somar forças diante de desafios comuns.

Essa experiência reafirma um princípio fundamental: a solidariedade internacional de classe continua sendo uma das maiores forças do movimento sindical.

Mas há ainda um desafio que atravessa todos os demais.

Vivemos uma época em que a verdade se tornou objeto de disputa. A desinformação, a manipulação de narrativas e a disseminação deliberada de notícias falsas enfraquecem as instituições e a confiança pública.

Defender o trabalho decente exige também defender a informação de qualidade, o diálogo democrático e o compromisso com os fatos.

Por isso, a principal mensagem que trazemos a esta Conferência é uma mensagem de esperança e de perseverança.

A experiência brasileira demonstra que nenhuma luta legítima é inútil desde de que façamos as escolhas certas. As gerações passam, mas os direitos conquistados permanecem.

Que esta Conferência reafirme a importância da negociação coletiva, do direito de greve, da democracia, dos serviços públicos, da justiça social, da solidariedade internacional e da autonomia dos povos.

LUTAR VALE A PENA.

POR ISTO LUTAREMOS SEMPRE!!!

Muito obrigado.